



Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

Excelentíssimo Senhor Prefeito da Estância Turística de Joanópolis

Requerimento nº 71/2026

ASSUNTO: Requer informações, justificativas técnicas, cronograma financeiro e prestação de contas sobre a implantação do Ensino em Tempo Integral no município e a destinação de recursos.

Luiz Marcelo Costa, Vereador em exercício junto à Câmara Municipal de Joanópolis – SP, nos termos das suas atribuições legais, REQUER que o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, preste esclarecimentos detalhados sobre a inércia na implantação da Escola em Tempo Integral em Joanópolis, respondendo aos seguintes itens:

I – DO PLANEJAMENTO, NORMAS E PRAZOS (TCESP)

1. Atos Normativos e Comunicado SDG 04/2026: Quais preparativos e estudos técnicos foram realizados para a criação dos atos normativos específicos sobre a Educação Integral em Tempo Integral? Enviar cópia de estudos e pareceres.

2. Cronograma de Envio: Qual a data prevista para o envio desses atos normativos ao Poder Legislativo para aprovação?

3. Metas de Curto e Médio Prazo: Qual o prazo final estabelecido pela administração para que a primeira unidade escolar funcione 100% em tempo integral? Apresentar cronograma físico-financeiro.

II – DO PLANEJAMENTO DE INVESTIMENTOS E VIABILIDADE

1. Plano de Investimentos Detalhado: Apresentar o plano de aplicação de recursos para a expansão da rede. Qual o valor total estimado do investimento necessário (infraestrutura, equipamentos e merenda) para a implementação completa?

2. Estudo de Custo por Aluno: O município realizou o estudo do "Custo Aluno-Qualidade" (CAQ) para o tempo integral? Se sim, qual a diferença percentual de custo estimada entre o ensino regular e o integral em Joanópolis?

3. Fontes de Financiamento: Além dos repasses federais (Lei 14.640/2023), quais dotações orçamentárias próprias serão destinadas a este projeto nos exercícios de 2026 e 2027?

III – DOS RECURSOS E EXECUÇÃO DESDE 2025

1. Adesão e Recursos Federais: O município aderiu ao "Programa Escola em Tempo Integral"? Em caso positivo, detalhar onde os recursos repassados estão alocados. Em caso negativo, justificar a perda do prazo e identificar os responsáveis.

Câmara Municipal de Joanópolis
PROT. Nº 349-74
DATA: 07.05.2026 Hrs: 13:00
ASS: *[Assinatura]*



Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

2. Aplicação do FUNDEB: Relacionar os valores do FUNDEB recebidos desde janeiro de 2025 e informar se houve reserva de contingência para a expansão da carga horária.

3. Impacto Orçamentário: Apresentar o estudo de impacto exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) referente à criação de despesa obrigatória de caráter continuado para o tempo integral.

IV – DA INFRAESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

1. Diagnóstico e Obras: Enviar relatório das condições atuais das escolas. Alguma obra de ampliação ou construção de nova unidade foi iniciada desde janeiro de 2025 para este fim? Se não, onde foram aplicados os recursos destinados a reformas escolares?

2. Plano de Cargos e Salários: Existe planejamento para concurso público ou processo seletivo visando suprir a demanda de professores, ADIs e merendeiras para a jornada estendida? Qual o impacto estimado na folha de pagamento?

V – DAS RESPONSABILIDADES

1. Consequências Legais: A administração tem ciência de que a omissão na Meta 6 do PNE pode resultar em sanções do Tribunal de Contas (TCF-SP) e interrupção de repasses voluntários?

2. Sindicância de Gestão: Existe algum procedimento interno para apurar por que o planejamento de 2025 não foi executado até a presente data?

JUSTIFICATIVA

A educação em tempo integral exige planejamento financeiro rigoroso e estudos de viabilidade técnica que transcendem a vontade política. A ausência de um plano de investimentos claro e de prazos definidos após 16 meses de gestão sugere uma paralisia administrativa que compromete o futuro educacional de Joanópolis.

Este requerimento busca garantir que o município não apenas cumpra a lei, mas o faça com responsabilidade fiscal, evitando obras inacabadas ou programas sem sustentação financeira. O silêncio ou respostas evasivas serão interpretados como falta de planejamento, ensejando representação ao Ministério Público.

Joanópolis, 07 de maio de 2026.


Luiz Marcelo Costa
Vereador